

Marcia Tiburi

Ninfa Morta

Uma história do
ódio às mulheres



Planeta

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Marcia Tiburi

Ninfa Morta

**Uma história do
ódio às mulheres**



Planeta

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Copyright © Marcia Tiburi, 2025
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2025
Todos os direitos reservados.

Preparação: Lígia Alves

Revisão: Gleice Couto e Ana Laura Valerio

Diagramação: Negrito Produção Editorial

Capa: Renata Spolidoro

Imagem de capa: Ofélia (1851), pintura de John Everett Millais / incamerastock / Alamy /
Fotoarena

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Tiburi, Marcia

Ninfa morta : uma história do ódio às mulheres / Marcia Tiburi. – São Paulo :
Planeta do Brasil, 2025.
304 p.

ISBN 978-85-422-3839-6

1. Feminicídio – Aspectos sociais 2. Violência contra a mulher 3. Patriarcado
4. Feminismo – Filosofia I. Título

25-3906

CDD 364.153

Índice para catálogo sistemático:

1. Feminicídio – Aspectos sociais

Ao escolher este livro, você está apoiando o
manejo responsável das florestas do mundo

2025

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.

Rua Bela Cintra, 986, 4º andar – Consolação

São Paulo – SP CEP 01415-002

www.planetadelivros.com.br

faleconosco@editoraplaneta.com.br

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

SUMÁRIO

Prólogo: <i>Homo mulieri lupus</i> – Um corpo de mulher entre palavra e imagem	7
Ninfa Morta, feminicídio e ginecropolítica: uma introdução	13
PARTE I – MÁQUINA FEMINICIDA	39
Misontonia: ontologia e governo do ser matável	41
A mulher entre a mutilação e a prótese	61
A distinção misógina	71
O mal-estar na cultura patriarcal: sexo e gênero como operadores ginecropolíticos.	81
Negatividade política: a construção da inimiga	93
Design de gênero e forma-valor: “homem branco” e “olhar branco”	101
Poder e Sujeito Soberano, matabilidade e ameaçabilidade.	105
Toponomologia patriarcal: contrato sexual, caça e domesticação	127
Lar, campo de concentração	151
Uterocentrismo: a exceção inscrita no próprio corpo	163
Esteticonomia feminicida: partilha política da morte das mulheres.	173
Ninfa Morta.	187

PARTE II – MODELOS.....	199
Branca de Neve	201
Antígona	211
Ofélia.....	221
Diadorim	233
Gradiva	251
Epílogo: As mulheres nas fogueiras do piromachismo.....	261
Notas	267
Referências.....	287



Planeta

PARTE I

MÁQUINA FEMINICIDA

O patriarcado é uma máquina feminicida. Analógica e digital, seu motor converte formas de energia simbólica, psíquica e física em energia mecânica de matança. Como uma turbina que funciona por pressão atmosférica, a matança não é um evento aleatório ou pontual, ela é uma constante. Condições de possibilidade ambientais permanecem estáveis sob a violência e a morte prometidas. A ameaçabilidade garante o equilíbrio do sistema. Diante de qualquer desequilíbrio ou necessidade, parte-se para a matança dos corpos insurgentes. A única chance das vítimas em potencial para escapar do assassinato potencial é se manterem submissas adequadas a seus papéis previamente estipulados. A submissão é o destino. O ato contínuo de atacar, violentar e matar seres definidos como mulheres de diversas maneiras e por diversos caminhos. O feminicídio é o potencial mais profundo do sistema misógino, sempre pronto a ser ativado contra a totalidade dos corpos visados nos quais suas leis secretas são inscritas. As mortes se repetem num *continuum* espaço-temporal no qual as mulheres vivas podem ser consideradas sobreviventes. Seu acontecimento se aplica a uma política geral de matança contra seres não-homens em geral. A destruição do que é marcado como “negativo” é a lei interna de seu funcionamento, baseado na supremacia da identidade contra o não-idêntico. A lei patriarcal “Matarás teu dessemelhante”, baseada no princípio de identidade, deve permanecer

oculta, assim como a equação mística que separa corpo matável e corpo matador por meio da operação de generificação dos corpos. A ginecropolítica incide sobre o gênero. O sistema patriarcal é, ele mesmo, um regime político e estético, ideológico e teológico, é econômico e judicial, julgando e decidindo sobre mulheres e corpos não-homens. A ameaçabilidade flutuante produz uma atmosfera de mal-estar social, institucional e subjetivo. A impulsão de morte confunde-se com a pragmática da morte, na qual o adiamento da morte tem a função subjetivadora da tortura. O jogo de psicopoder terrorista visa docilizar corpos femininos pela internalização das regras patriarcais. A programação da morte de mulheres depende de matadores. Antes da força de um homem individual capaz de matar, a misoginia prepara o abate de um ser previamente marcado, subjetivado e essencializado. A ação do matador é soberana e definitiva. Nessa ação letal reside o projeto da supremacia masculina, baseada na distinção do outro por meio de sua humilhação. O patriarcado é o cerne de todos os terrorismos, do Capitalismo ao Talibã. A autorização sobre o corpo matável, pré-significado para a manutenção elevada a ontologia, é a operação que devemos compreender para além da psicologia individual ou social dos assassinos.

MISONTONIGIA: ONTOLOGIA E GOVERNO DO SER MATÁVEL

A associação entre o significante ódio e o significante mulher remonta aos primórdios da cultura patriarcal, confundindo-se com ela. Na palavra “misoginia”, juntam-se as palavras gregas μῖσος, para expressar o afeto de repulsa e aversão, e γυνή, significando mulher. O ódio é histórico e presente, ele irrompe de diversas formas sempre violentas em contextos diversos numa escala que vai do mais sutil ao mais extremo, implicando um impulso fundador e refundador da cultura patriarcal. Esse impulso é a própria pulsão de morte, que é, por sua vez, o movimento inerente às faculdades da razão e da sensibilidade, caracterizada pela brutalidade e pela frieza masculinas que compõem o que se pode definir como esquematismo patriarcal, pelo qual uma determinada ideia de mulher é conectada à multiplicidade dos corpos particulares inseridos em um contexto de experiência. Marca-se um corpo, o corpo do outro, com uma ideia prévia, que tem o teor de uma etiqueta ou clichê. O sexo nada mais é do que uma “marca de gênero”¹ sem a qual não existe gênero. Sua função não é outra que a de marcar. O outro não é mais nem menos do que aquele que, à mercê, é marcado e, nesse ato, é destituído de sua dignidade potencial, transformado em alteridade negativa e apagado do processo de reconhecimento, à medida que é tornado um objeto. Marcar é, nesse sentido, o primeiro movimento do ódio, sendo o ódio, ele mesmo, um círculo de “afetos tristes” como

a inveja e a tristeza, conforme a definição de Spinoza,² que se fecha na morte. Afeto agressivo que acompanha o impulso e o elogio da morte, o ódio* sempre esteve presente ao longo da história dos homens, a história do patriarcado como um todo, evoluindo através dos tempos.

“Misoginia” é uma palavra cada vez mais presente no discurso popular de nossa época. Fala-se a partir da misoginia, ela mesma uma “ginofobia”, bem como do “racismo sexual”³ a ela associado e presente em múltiplas sociedades, quicá todas, e, mesmo que se fale também contra a misoginia, seu conteúdo e sua maneira de funcionar implicam a fisiologia do sistema como um todo. Por isso, até mesmo a crítica consciente à misoginia pode cair em contradição e se tornar misógina, considerando que o ódio às mulheres é a fisiologia do sistema patriarcal. A metabólica misoginia do todo no qual se exercita a linguagem do sistema não deixa as melhores intenções de fora. Não se pode afirmar que a misoginia esteja na origem das línguas, mas certamente se associa

* Embora eu não vise a uma abordagem psicanalítica, ainda que certos conceitos de viés psicanalítico possam compor minhas reflexões, deixo uma pista quanto ao tema do ódio que abrevia meu caminho neste livro: “Alain Badiou (1988/1996) encontra na matemática, em particular na teoria dos conjuntos de Cantor, as bases dessa ontologia do ser concebido nem tanto como uma retirada de sua presença (Heidegger), mas antes como subtração da apresentação que ela condiciona. Ele escreve: ‘o vazio é o nome do ser’ (Badiou, 1988/1996: 53); toma o vazio como o inapresentável de toda apresentação. É esse o ponto visado pelo ódio. É exatamente por essa razão que se torna tão difícil falar dele e encontrá-lo em estado puro no curso das análises onde ele aparece sempre misturado ao erotismo e ao amor. O ódio é realista, seu objeto é o real, ele recusa o aparelho de linguagem onde o sujeito ora se encontra, ora se perde, nos desfiladeiros da palavra. Por outro lado, podemos constatar que a própria definição da palavra ‘ódio’, estranhamente, ou está ausente, ou sem destaque e pouco desenvolvida nos verbetes dos dicionários onde habitualmente procuramos nossas referências. Este conceito de ódio está ausente no *Vocabulário de psicanálise* de Laplanche e Pontalis (1968). Ele faz menção ao ódio somente quando se refere à ambivalência, isto é, quando está ligado ao amor. Também não se encontra a definição desse conceito no *Dicionário de filosofia* de Lalande. Quanto ao *Dicionário histórico da língua francesa* de Alain Rey, um tesouro da etimologia da língua francesa (1992), é espantoso como é pobre e avaro quanto à etimologia dessa palavra; indica em apenas algumas linhas que ‘a palavra *haine* (ódio) provém do verbo *hair* (odiar)’, oriundo do antigo francês a partir do alemão antigo (*hoch Deutsch*). Portanto, muito pouco nos dicionários para falar daquilo que move o mundo, ou seja, a paixão do sujeito que, como quer Lacan, visa a destruição de seu objeto”. GORI, Roland. O realismo do ódio. *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 125-142, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652006000200010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 jan. 2025.

ao seu exercício material na história. A força da linguagem misógina é estrutural e impulsional, tanto que ela precisa ser controlada. Quando se alega que alguma entidade feminina paira sobre um corpo qualquer, quando se discursa sobre o “sagrado” desse corpo, ou seja, quando se pressupõe uma essência* da mulher, no momento em que se apela à “mulher” como uma forma estética – ou um estereótipo –, ou seja, quando se espera que a forma estética seja acompanhada de uma ética, isto é, no instante em que se impõe um *dever-ser* a um corpo marcado como mulher, quando mulher vem a ser a imagem impressa no corpo de um indivíduo a ser aceita por tal indivíduo no contexto de uma obrigação compulsória, quando há marcação de gênero, a misoginia está sempre presente. Não há gênero sem ódio, sem a ação de odiar do ser matador ou de ser odiado do ser matável. O ato de marcar com o gênero ou o sexo é misógino porque só se marca a mulher com o sexo; o homem não é marcado, senão quando a homossexualidade que o aproxima do feminino entra em jogo. É nesse sentido que gênero é uma dívida compulsória e, sendo dívida, é imposto na esteticonomia política do patriarcado. Ora, quem não paga o imposto é punido. Enquanto se perde de vista a condição de “marca”, de emblema, com que um corpo é sinalizado a partir de características específicas dentro do sistema codificado, onde funcionam as marcações do patriarcado, a misoginia segue sendo fomentada e estimulada.

* “Além das ficções fundacionalistas que sustentam a noção de sujeito, há, porém, o problema político que o feminismo encontra na suposição de que o termo *mulheres* denota uma identidade comum. Em vez de ser um significante estável que comanda o consentimento daqueles que pretende descrever e representar, *mulheres*, mesmo no plural, tornou-se um termo problemático, um local de contestação, uma causa de ansiedade. Como sugere o título de Denise Riley, *Am I That Name?* é uma pergunta produzida pela própria possibilidade dos múltiplos significados do nome. Se alguém ‘é’ uma mulher, certamente isso não é tudo o que se é; o termo não é exaustivo, não porque uma ‘pessoa’ pré-gendrada transcenda a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre é constituído de forma coerente ou consistente em diferentes contextos históricos e porque o gênero interage com modalidades raciais, de classe, étnicas, sexuais e regionais de identidades constituídas discursivamente. Como resultado, torna-se impossível separar o ‘gênero’ das interseções políticas e culturais nas quais ele é invariavelmente produzido e mantido.” BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990. p. 6.

Se marca um corpo com o “selo” mulher, sendo mulher o sexo, antes de marcá-lo como “humano”,* ela mesma a insígnia reservada aos homens e que, com muito custo, veio a ser aplicada às mulheres, embora os direitos femininos, ou melhor, dos corpos-mulheres, ainda não sejam unanimemente tratados como “humanos”. Ao mesmo tempo, a obrigação de parecer mulher, de realizar ou efetivar em um corpo heterodenominado mulher a ideia de mulher, ou seja, de realizar em um corpo particular a ideia de algo como a “mulher essencial”, é exigência do sistema sobre os corpos que ele marca com o objetivo de utilizá-los para seus fins. Esse *dever-ser* constitui a *heteronormatividade*. Discernir a ideia de “mulher” ou de “mulheres”, corpos que foram heterodenominados a partir de uma ideia essencial forjada, de uma cesura violenta, instauradora e mantenedora da violência, torna-se uma anatomia necessária.

Misoginia é governo dos homens sobre o corpo e a vida das mulheres. Como prática linguística, a misoginia se constitui em discurso de ódio dos homens, sendo “mulher” a metáfora geral que desencadeia os gestos, movimentos e ações pelos quais se pode conhecer o ódio. Para além do discurso, mas ainda na vida da linguagem sem a qual não há sociedade, a misoginia é a prática, a atividade ou o exercício concreto do ódio sobre os corpos marcados. Concomitante e consubstancial ao todo dos processos discursivos e práticos, a misoginia modula as atividades da vida como um todo, sendo criadora e recriadora de subjetividades que sustentam a concretude fundada em relações humanas situadas em contextos históricos, sociais, geopolíticos. Tais contextos são antimulheres, e a presença dos corpos-mulheres é tratada por parte dos sujeitos homossociais como uma necessidade ou uma concessão. Misoginia é um círculo de afetividade odienta naturalizada que impulsiona a violência dos homens, servindo para aniquilar mulheres e, ao mesmo tempo, promover a instauração da comunidade homossocial na qual a mulher é presa, no duplo sentido dessa acepção.

A misoginia é patriarcal, e, como o sistema com o qual se confunde, ela é expansionista e colonizadora. Ela se estende sobre a vida como um

* Sobre a ideia de uma máquina antropológica, ver o livro *O aberto*, de Giorgio Agamben. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

todo, a vida física, a vida sensível, a vida da linguagem. Seja humana, seja de outras espécies, a misoginia limita a vida, ela age sobre corpos, sobre espaços, sejam biomas, florestas, mares, sejam cidades ou lares. A misoginia se entrelaça ao poder patriarcal em seu desejo por territórios de múltiplos povos reduzidos a capital e visa a uma escala planetária na qual o planeta enquanto tal é reduzido a capital.* A misoginia é totalizante e deixa evidente o caráter igualmente totalizante do patriarcado – produtor de corpos como mercadoria –, que não deixa espaço vazio a ser ocupado por algo que seja “Outro” em relação ao sistema do ódio. O “Outro” enquanto figuração da alteridade é o que deve ser negado, sendo a mulher a metáfora paradigmática dessa negação em função da ideia da “diferença sexual”. A categoria do “Outro” implica uma produção, da qual a mulher é modelo. A essa figura do “Outro” é negada a condição de sujeito. Sujeito, por sua vez, é uma invenção epistemológico-política que sustenta o patriarcado como sistema de poder e privilégio dos homens, por isso a condição de “sujeito”, seja do conhecimento, seja do poder, seja o sujeito de direitos, sempre foi negada à mulher e reservada aos homens; foi negada mesmo a certos homens em contextos institucionais, por exemplo, a igreja sempre tratou o sujeito como o demônio a ser exorcizado.⁴ O Sujeito é criação do falocentrismo, que novamente se confunde com a misoginia de maneira geometricamente projetiva, expressando o patriarcado em sua totalidade como processo de produção da linguagem que é, ao mesmo tempo, produção de violência contra mulheres e seres marcados com o estigma do feminino.

A misoginia é ainda o conjunto dos meios de produção do patriarcado, sendo ela mesma um modo de produção simbólica e concreta. Se poderia dizer que a misoginia é um dispositivo, em função de sua natureza essencialmente estratégica, contudo faz mais sentido defini-la como o liame que entrelaça o conjunto dos dispositivos, dentre os quais Deus, o Capital, o Sexo são elementos essenciais sem os quais a manutenção do lugar da forma social dominante “Homem” é impossível. Em um dispositivo, segundo palavras de Michel Foucault, estão em jogo

* O próprio planeta torna-se a “mercadoria-mundo”. Trabalho esse tema em *Mundo em disputa: design de mundo e distopia naturalizada*. Rio de Janeiro: Record, 2024.

relações de força, intervenções racionais e combinadas dessas relações, seja para orientá-las em certa direção, seja para bloqueá-las ou para fixá-las e utilizá-las.* O dispositivo é uma espécie de mecanismo de manipulação cuja mão é invisível. Seu funcionamento é difuso e difícil de neutralizar. A misoginia não é simplesmente um dispositivo que substitui outros, que está ao lado de outros, mas o conjunto geral dos dispositivos de poder, todos eles essencialmente misóginos em si mesmos.

Dispositivos dependem de ativações cujo moto se perdeu num jogo geometricamente projetivo e variável. Deus, Capital, Sexo, Raça, Classe funcionam como um ninho de víboras mecânicas entrelaçadas em circunvoluções, como as figuras de H. R. Giger em que os monstros são tecnológicos e orgânicos ao mesmo tempo. A misoginia está sempre estruturalmente ativada – na ontologia geral da sociedade existente – e, ao mesmo tempo, é intensificada na superfície por meio de atos concretos de agentes vivos, o que faz saber que a misoginia corresponde muito mais ao todo dos processos que a um elemento isolado. Na verdade, a misoginia costura as partes do patriarcado, dando-lhe uma coesão única. A universalidade é misógina. Por isso, se pode dizer que o sistema não é casualmente ou acidentalmente misógino, mas a misoginia define o ser e o dever do sistema. A ontologia é misógina. Nesse caso, o sistema é radical e, substancialmente, uma “misontoginia”, termo que ajuda a expressar o enraizamento do ódio na ontologia patriarcal.

Isso quer dizer que o sistema patriarcal precisa produzir a mulher – o “Outro” –, e essa produção implica uma violência originária e substancial que se repete processualmente. A forma aparentemente acidental da violência é apenas sua forma de aparecer, pois ela é necessária ao funcionamento do sistema. “Primeiro” tem o sentido de originário, de algo que se repete ontologicamente no tempo, para além de uma suposição histórica ficcional. A misoginia não é apenas o ataque a uma mulher, às mulheres como conjunto ou grupo, mas a máquina que produz o corpo-mulher atacando esse corpo, para, na sequência,

* Esse termo passou a ser bastante debatido e utilizado desde FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1976-1979. v. III. p. 299-300. Ver também AGAMBEN, Giorgio. *O que é um dispositivo?* Chapecó: Argos, 2014.

reproduzir o ataque. Isso quer dizer que a máquina da misontoginia se tornará máquina feminicida. Esse ataque é sistemicamente necessário, como é necessário destruir um Golem que passasse a atrapalhar o funcionamento da sociedade para a qual foi criado.* A comparação com a figura do Golem permite entender a criação de um corpo que se aciona por um nome e que pode ser destruído pela manipulação desse nome. Assim, a marca da “mulher” serve para definir e para destruir através da palavra. Como o Golem, o significante “mulher” não foi criado por um sujeito que primeiramente se autorreconhecesse como mulher, assim como o significante “negro” não foi criado pelas pessoas heterodenominadas negras,** mas a serviço do sistema da identidade masculina branca, dona dos meios de produção, considerando que a mulher sempre foi meio de produção e reprodução, em certo sentido “res”, do mesmo modo como eram considerados os animais e, muitas vezes, menos do que eles. “Mulher”, assim como “negro” – bem como “deficiente”, “judeu”, “muçulmano”, “bicha”, “viado” e muitos outros marcadores, usados como insulto contra corpos não-homens –, carregam o nexos marcação-destruição que pode definir bem o que significa

* Na lenda do Golem, esse ser traz na testa a palavra *אמת* (*emêt*), que significa verdade. Quando o rabino que o criou retira a primeira letra, a palavra *אמת* (*emêt*) se torna *מת*, *mêt*, ou seja, “morto”. Ver o filme de Paul Wegener de 1920 intitulado *O Golem: como veio ao mundo* (*Der Golem, wie er in die Welt kam*). Se consideramos que se usa o termo “golem” para “imbecil” e “estúpido” no hebraico moderno, a associação com a ideia de uma “imbecillitas mentis” própria das mulheres na tradição do discurso misógino adquire ainda mais sentido.

** Ver MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 Edições, 2018. *E-book*: “Em especial do termo negro, emanou por muito tempo uma energia extraordinária, ora como veículo de instintos inferiores e de potências caóticas, ora como signo radiante da possibilidade de redenção do mundo e da vida num dia de transfiguração. Além de designar uma realidade heteróclita e múltipla, fragmentada – fragmentos de fragmentos sempre novos –, esse termo assinalava uma série de experiências históricas dilacerantes, a realidade de uma vida vacante; a ameaça assombrosa, para milhões de pessoas apanhadas nas redes da dominação racial, de verem seus corpos e pensamentos operados a partir de fora e de se verem transformadas em espectadores de algo que, ao mesmo tempo, era e não era a sua própria existência. E não é tudo. Produto de um maquinário social e técnico indissociável do capitalismo, de sua emergência e globalização, esse termo foi inventado para significar exclusão, embrutecimento e degradação, ou seja, um limite sempre conjurado e abominado”. Ver também GUILLAUMIN, Colette. Enquanto tivermos mulheres para nos darem filhos, a respeito da raça e do sexo. *Estudos Feministas*, ano 2, p. 228-233, 2. sem. 1994.

“ódio”. O “Outro” como criação implica sua destruição potencial como em uma posse, caso não contemple o fim a que se destina.

Misógina é a máquina de produção patriarcal que marca mulheres com o sexo, separando-as dos corpos-homens através de uma distinção produzida e, por definição, misógina. Misóginas são, necessariamente, as relações que re-ligam homens e mulheres a partir dessa cesura, corpos que entram em cena em um ritual que é o patriarcado, ele mesmo um criptoteatro em que corpos atuam em conformidade com as regras heteronormativas desse sistema, regras previamente programadas inerentes à repulsa originária destruidora. Práticas e discursos são movidos para a criação e a manutenção de corpos adestrados para o teatro “misontógino”. Trata-se, no caso, de corpos docilizados no papel de submissos, que, no entanto, assumem a identidade e a liberdade de sujeitos, ou seja, de seres, que devem ver a si mesmos como pensantes e livres e que, paradoxalmente, se tornam sujeitos no processo do seu assujeitamento. Eis a contradição misógina em sua função essencializadora. Misógina é máquina de subjetivação, mas não sem antes ser uma máquina ontológica produzida pela cultura patriarcal que, enquanto tal, é também uma máquina de governo, ou seja, aquela cujo objetivo é instaurar a divisão dos que têm poder e dos que não têm poder, e, estando a vida biológica envolvida nisso, o poder de matar de uns contra a impotência de viver de outros. É sobre o corpo feminino que se estabelece esse fato concreto, naturalizado e transformado em objeto e subsumido no Sujeito Transcendental patriarcal “Homem”.

As mulheres estão desde seu nascimento marcadas pelo sexo, como afirma Simone de Beauvoir,⁵ tendo em vista que, nesse sentido, sexo não é diferente de gênero. Wittig diz que é a opressão que cria o sexo e não o contrário,⁶ considerando que “o contrário seria dizer que o sexo cria a opressão, ou dizer que se pode encontrar a causa (origem) da opressão no sexo em si, em uma divisão natural dos sexos preexistente à (ou fora da) sociedade”. Contudo, se pode afirmar que sexo é uma categoria criada para a marcação possível de determinados corpos que não fazem parte do sistema de reconhecimento anatômico falocentrado. O homem é uma imagem construída na história, mas sempre para ocupar hegemonicamente o espaço a partir de uma cena em que o personagem principal

é ele. A marcação pelo sexo tem o sentido de estigma, de afirmação de uma função de um órgão que serve de parâmetro para uma função geral do corpo e, por fim, do próprio ser. Sexo permite classificar e ontologizar. Assim como acontece com gênero. De fato, sexo e gênero são categorias que se confundem, como bem percebeu Judith Butler,⁷ exceto por um aspecto que não pode ser apagado. O sexo não pode ser subsumido no gênero, à medida que é sobre sua base que se constrói a naturalização do próprio gênero. Sexo é o marcador inicial; subsumi-lo no gênero implica apagar o fato ao qual ele se destina. Portanto, sexo também deve ser lido como categoria de análise. Sexo, assim como gênero que dele se deduz no discurso autoritário que caracteriza o patriarcado, é o signo de origem estético-política que, de modo absoluto e totalitário, será um operador da violência na condição de produtor ou receptor de violência. Como diz Wittig, “existe apenas sexo que é oprimido e sexo que oprime”,⁸ porque não existe sexo fora das relações de poder, o que faz pensar que sexo é poder desde a sua determinação teórico-prática, sexo é poder no sentido simbólico e material ao mesmo tempo. E, se sexo é poder, trata-se de poder soberano, da marca naturalizada do poder soberano no sentido da agência dada nesse poder enquanto ele é, ao mesmo tempo, violência. Se, como marcador, a categoria sexo implica a violência, gênero será a continuidade da violência na marcação do sexo em escala moral e política. Daí o uso violento que fundamentalistas fazem da palavra “gênero” associada a “ideologia de gênero”.

Justamente nesse sentido, porque o sexo é implicado com poder e o poder com violência, o patriarcado se constitui em cultura do estupro no momento em que se determina a função dos órgãos confundidos com o sexo. A violência contra as mulheres tem um fundo sexual, às vezes se realizando concretamente como estupro. Nesse sentido, o patriarcado implica um limiar de barbárie no todo do seu funcionamento, pois, mulher sendo sexo e sexo sendo signo, o signo heterocriado, foi criado para um tipo de interação desejável ao patriarcado. Essa interação pelo signo sexo pressupõe a violência embutida no próprio signo. A agência da marcação não é casual. Nenhum signo é silencioso. O estupro é um potencial inerente à marcação pelo sexo. Ele nasce com a marcação pelo sexo. Portanto, o que se pode chamar de “limiar de

barbárie” não viria de uma natureza forte por oposição a uma natureza fraca como se construiu filosófica* e historicamente, mas uma determinada elaboração linguística, teórica e ideológica, para garantir a sujeição de um corpo e de uma existência inteira a uma forma de existência que violenta esse corpo a seu serviço. O corpo masculino teria uma função se ele não fosse hegemônico. Reproduzir para o corpo masculino não tem o mesmo sentido do que para os corpos femininos. A função do órgão sexual masculino – e do seu corpo como um organismo inteiro – é falocêntrica, ou seja, o pênis é uma espécie de órgão hegemônico, praticamente habilitado na cultura como algo espiritual, tal o significado teológico e místico do falocentrismo que produz um “falocratismo triunfante”, nos termos mais diretos de Françoise d’Eaubonne.

A marcação das mulheres acontece no nascimento, que, diferentemente do que Hannah Arendt definiu como natalidade,⁹ uma categoria

* Em “Considerações sobre o tema da mulher no pensamento de Aristóteles”, Maria da Graça Ferreira Schalcher mostra a complexidade dos termos e do pensamento de Aristóteles sobre o tema. A autora evita colocar Aristóteles como um mero sexista. Independentemente disso, a cultura grega era sexista e a tradição que dela derivou também. “A partir dessa colocação é possível pensar a ausência, na fêmea, de determinados órgãos, no caso dos masculinos, no sentido de privação de algo que ela deveria naturalmente possuir? É o que pode parecer à primeira vista, pois é no contexto de uma sequência decrescente de graus de imperfeição (que culmina na dimensão, contra a natureza, da teratologia) que o nascimento de uma fêmea traduz uma espécie de insucesso na finalidade de produzir o melhor, a partir da resistência da matéria em receber uma determinada forma, a masculina, cujo resultado é um macho incompleto, mutilado (πεπηρωμένον) G.A., II,3, 737a. Contudo, essa constatação precisa ser nuançada, já que é exatamente em função da geração que macho e fêmea são assim constituídos, sendo essa ‘incompletude’ tanto natural como necessária, no conjunto da natureza; desse ponto de vista, a ausência dos órgãos masculinos não pode ser considerada uma privação, nem mesmo uma imperfeição ou anomalia no sentido próprio do termo e muito menos como algo contra a natureza. Nesse contexto, natural não possui um sentido meramente biológico, mas um sentido de finalidade e perfeição requerendo o nascimento tanto de fêmeas como de machos para salvaguardar o gênero animal, onde ambos são distintos G.A., II, 731b35; IV, 767b. Pois é a partir dessa diferença que são ditos princípios da geração (τῆς γενέσεως ἀρχαί): um, o macho, apartando o princípio motor (τῆς κινήσεως) e gerador (τῆς γενέσεως) e o outro, a fêmea, o princípio material (ψυχὴς) G.A., I, 716a”. O texto pode ser encontrado na *Revista Phoinix*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 331-344, 1998. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/phoenix/article/download/36550/20120/97876>. Acesso em: 10 maio 2025. Ver ainda, de Aristóteles, *A política*. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2006; *Metafísica*. Edición trilingue por Valentin Garcia Yebra. 2. ed. rev. Madrid: Gredos, 1970.

relacionada ao “começo” de um indivíduo humano da política, representa muito mais uma categoria biopolítica. O nascimento é biopoliticamente fundamental para todos os seres, pois implica nacionalidade, pertença religiosa, pertença à raça, à classe e ao gênero. Para uma mulher, o nascimento implica o dado do sexo – considerando que a ideia do sexo biológico foi inventada como uma artimanha discursiva – como o dado a partir do qual se calcula uma vida a serviço do mundo universalizado dos homens. A “condição humana de Arendt” não vale para a mulher porque seu sexo – e, por consequência o gênero – jamais podem ser apagados. Uma mulher é apagada social e politicamente, mas jamais esteticamente. Pode-se afirmar que todas as mulheres são calculadas política e socialmente, mas não sem antes serem calculadas esteticamente segundo uma lógica da medida que também é ideologia da medida, sem a qual não há cálculo sobre o corpo, do mesmo modo que se faz com animais e com pessoas escravizadas, sem mensurar o valor desse corpo.

A ansiedade patriarcal com as medidas corporais faz parte da necessidade de adequação do corpo ao design da mulher idealizada, pois toda marcação é também uma produção de design. O corpo feminino deve ser idealizado na prática, ou seja, “desenhado”, “moldado”, “cortado”, para atender ao padrão industrial da cultura patriarcal no qual o homem é o valor¹⁰ e o corpo marcado como mulher é des-valor que adquire certo valor quando adequado à sua necessidade no todo. A lógica da medida desvaloriza todos os outros corpos a partir do corpo-valor masculino. Ela sustenta o monopólio da violência patriarcal, apanágio da masculinidade. O ser mulher obedece ao dever-ser mulher e é talhado pigmaleonicamente.

Mulher é um universal negativo, e não “parte da humanidade” universal. Portanto, a expressão “O Homem” para designar a humanidade não subsume a mulher como parte da humanidade, mas apenas a exclui. Essa é a verdade cínica, por assim dizer, do patriarcado em sua dimensão teórica e discursiva. Na verdade, mulher é o que, não sendo um homem, não deveria ser, pois, ao não ser para si como um homem, não é “Sujeito”, mas assujeitada. Não sendo sujeito, ela não deveria existir como Sujeito do conhecimento e do direito, bem como do poder, e não pode vir a constituir o universal com ele.

Sob a lei do “não dever existir” enquanto vive, um verdadeiro mandamento de inexistência é imposto ao corpo vivo. A identidade assujeitada ao “Sujeito patriarcal” apenas a muito custo será capaz de luta por libertação. Quando uma menina nasce, o lamento familiar por ela ter nascido sela o destino desse ser cuja realização como ser humano, como diz Beauvoir, é impossível justamente por ela estar, desde o fato corporal de seu nascimento, marcada como um sexo, como a mulher. Como “marca” de ontologização, o sexo é administrado numa espécie de controle de qualidade da fábrica patriarcal, assim como se faz com produtos e animais para abate.

O primeiro ato de violência sofrido por uma mulher e que lhe dá origem está em seu nascimento. O resto da vida de uma menina será uma sucessão de violências rumo à adequação do corpo à ideia prévia com que sua família patriarcal está informada no mesmo sentido escolástico da *adaequatio rei et intellectus*. Uma menina cresce aprendendo o gênero a partir da marcação de seu sexo. O pensamento patriarcal funciona a partir da construção de uma verdade à qual as coisas – e os corpos vivos – devem se curvar. Daí a importância de assegurar o ser do pensamento e o Sujeito do Conhecimento como apanágios masculinos diante de uma suposta impotência feminina. Se a separação a partir do sexo se dá no nascimento e é uma violência, ela é, ao mesmo tempo uma violência inaugural sexual. Toda violência, ao mesmo tempo, visa separar, distinguir os homens como não-mulheres – segundo Françoise D’Eaubonne, “não-mulher”¹¹ é a melhor definição de homem –, e para isso é preciso defini-las como algo de negativo: menor, fraco, impotente, incapaz. O ódio se torna o afeto necessário à separação da mulher, mas também à sustentação que deve se expressar como ódio em seus efeitos concretos.

Assim, a misoginia funciona como uma *episteme*. * Ela é o coração de um método que extrapola o pensar, mas começa com ele e segue definindo os caminhos das práticas num *continuum* histórico ininterrupto. Submetidas desde a marcação sexual inaugural à violência – uma

* Uso episteme no sentido de Foucault em *As palavras e as coisas*. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

violência que não cessa –, chega-se rapidamente a uma morte prometida. Entre ser marcada pelo sexo e marcada para morrer por conta desse “sexo” não há solução de continuidade. Ser marcada com o sexo é ser marcada para a morte. A misoginia é o começo do feminicídio num círculo vicioso ininterrupto todo construído sobre a mulher como corpo odiado.

Nesse contexto, o que veio a ser chamado de violência simbólica* se estabelece na experiência da linguagem como misoginia. A misoginia não é a exceção, mas a regra dessa linguagem que depende de um núcleo que vem a ser a metáfora da mulher. Tal como se lê em Gayatri Spivak: “uma certa metáfora da mulher produziu (em vez de

* Sobre a violência simbólica, Bourdieu dirá que: “Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) e, mais geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele” (p. 8-9). “Ao tomar ‘simbólico’ em um de seus sentidos mais correntes, supõe-se, por vezes, que enfatizar a violência simbólica é minimizar o papel da violência física e (fazer) esquecer que há mulheres espancadas, violentadas, exploradas, ou, o que é ainda pior, tentar desculpar os homens por essa forma de violência. O que não é, obviamente, o caso. Ao se entender ‘simbólico’ como o oposto de real, de efetivo, a suposição é de que a violência simbólica seria uma violência meramente ‘espiritual’ e, indiscutivelmente, sem efeitos reais. É esta distinção simplista, característica de um materialismo primário, que a teoria materialista da economia de bens simbólicos, em cuja elaboração eu venho há muitos anos trabalhando, visa a destruir, fazendo ver, na teoria, a objetividade da experiência subjetiva das relações de dominação” (p. 46). Ver BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Pierre Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. Ver também BOURDIEU, Pierre. *Sur la télévision*. Paris: Liber, 1996: “A violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconscientes de a exercer ou a sofrer” (p. 16). E, por fim: “O que denomino de violência simbólica ou dominação simbólica, ou seja, formas de coerção que se baseiam em acordos não conscientes entre as estruturas objetivas e as estruturas mentais” (BOURDIEU, Pierre. *Sur l’État*: Cours au Collège de France (1989-1992). Paris: Raisons d’Agir: Seuil, 2012. p. 239).

meramente ilustrar) um discurso que somos obrigados ‘historicamente’ a chamar de discurso do homem”.* Segundo ela, “dada a carga aceita das noções de produção e constituição, poderíamos reformular isso: o discurso do homem está na metáfora da mulher”.¹² A misoginia é esse discurso do homem que se produz em torno de uma mulher produzida. Assim, Lacan, por exemplo, falou da existência de quatro discursos (do mestre, do discípulo, da histeria e do psicanalista), mas poderia ter resumido em dois: o discurso patriarcal e o discurso crítico do patriarcado, o discurso antipatriarcal, que é também anticolonial. A misoginia é o coração do “projeto espiritual” do patriarcado, ele mesmo um discurso de homens que se autocompreendem como donos da lei, ou seja, que se entendem num processo de homossocialização como soberanos em si mesmos e democráticos uns com os outros a partir do signo “mulher” sobre o qual falam, que usam para marcar corpos e diferenciar-se corporal e simbolicamente. No signo mulher o patriarcado condensa toda a negatividade do sistema. A associação da mulher com a natureza, o corpo, a morte e as figurações do “Outro” é apenas a prova disso.**

No contexto da filosofia patriarcal, vemos o tema do espírito no sistema de Hegel como a formulação abstrata, racionalizada do caminho

* SPIVAK, Gayatri. Displacement and the discourse of woman. In: HOLLAND, Nancy. *Feminist interpretations of Jacques Derrida*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1997. Comentando a Filosofia do Direito de Hegel, sobre a distinção entre pensamento e objeto, dos quais Adão e Eva seriam os exemplos, a pensadora indiana cita o pensador alemão: “Uma vez que é no pensamento que primeiro me sinto em casa (*bei mir*), não penetro (*durchbobren*) em um objeto até que o compreenda; ele então deixa de se opor a mim e eu lhe retiro a sua própria (*das Eigene*), que ele tinha para si mesmo contra mim. Assim como Adão diz a Eva: ‘Você é carne da minha carne e osso do meu osso’, assim a mente diz: ‘Esta é a mente da minha mente’, e a alienação (*Fremdheit* em oposição a *das Eigene*; alteridade em oposição à propriedade) desaparece”. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Sämtliche Werke*, vu. Leipzig: F. Meiner, 1920-55. p. 47; KNOX, Thomas Malcolm, Sir (Trad.). *Hegel, philosophy of right*. Oxford: Claredon Press, 1942. p. 226.

** Toda uma literatura sobre o “Outro” da razão surgiu em filosofia. Por exemplo: BÖHME, Hartmut; BÖHME, Gernot. *Das Andere der Vernunft: Zur Entwicklung von Rationalitätsstrukturen am Beispiel Kants*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1985. Ver também: IBER, Christian. *Das Andere der Vernunft als ihr Prinzip: Grundzüge der philosophischen Entwicklung Schellings mit einem Ausblick auf die nachidealistischen Philosophiekonzeptionen Heideggers und Adornos*. Berlin: De Gruyter, 1994. <https://doi.org/10.1515/9783110878783>.

devorador do Outro, do processo colonizador do “Espírito patriarcal”, da “razão patriarcal”* e seu “*ethos*” sanguíneo e sacrificial. Esse projeto espiritual implica o patriarcado como uma religião (e o feminismo ou sua crítica como heresia), um ritual no qual a ordem simbólica é organizada pela misoginia entendida como metabolismo e, até mesmo, como fisiologismo masculinista pelo qual homens privilegiam uns aos outros com base em uma codificação essencializadora organizada contra o “inessencial” feminino, cuja senha é o “sexo” ao qual se faz violência. É preciso nadificar certos corpos, e isso acontece marcando esses corpos de alguma maneira, para funcionar no sistema de poder. Essa maneira implica o rebaixamento pelo signo, no caso, o sexo. Sexo é, nessa linha, um marcador originário, e o gênero é a sua especialização. Mulher é a marca do não-ser-homem, no sentido do que Simone de Beauvoir definiu como o “Outro”,¹³ como um negativo; sua função simbólica é também sustentar a cognoscibilidade masculina, ou seja, ser o garante de um sistema ontológico e “misontógeno”. O não-ser-homem de uma mulher é necessário para que o corpo-homem possa ser, enquanto um corpo masculino que venha a não ser será interpretado como o corpo de um traidor. O ódio aos homossexuais na cultura patriarcal é análogo ao ódio ao corpo de uma mulher e também ao corpo de lésbicas dissidentes de um sistema de subjugação.

A noção de “mundo codificado” de Vilém Flusser ajuda a compreender o patriarcado e a produção de gênero a partir do valor-cisão, outra tradução para a expressão de Scholz que eu adapto ao tema de Flusser. O valor-cisão define o projeto, ou seja, o design que depende justamente dessa cisão como princípio de organização e como vetorização. Mundo codificado é um mundo construído a partir de símbolos ordenados, no qual se represam informações adquiridas.¹⁴ Segundo Flusser, “o objetivo do mundo codificado que nos circunda” é fazer com

* Adorno e Horkheimer, em sua *Dialética do esclarecimento*, publicada nos anos 1940, apontam para o caráter patriarcal da razão que rege a sociedade da dominação masculina. Do mesmo modo, a espanhola Celia Amorós analisa a Fenomenologia do Espírito colocando Hegel no topo dos próceres da razão patriarcal (AMORÓS, Celia. *Hacia una crítica de la razón patriarcal*. 2. ed. Barcelona: Anthropos, 1991. p. 41).

que esqueçamos que “ele consiste num tecido artificial que esconde uma natureza sem significado, sem sentido, por ele representada”.^{*} Tais conceitos permitem pensar a assimilação e transferência analógica de esquemas pelos indivíduos, através de matrizes de percepção. O conceito de “domínio cognitivo” de Humberto Maturana, pelo qual se contempla o critério de aceitabilidade, ou seja, de que se pode reconhecer um mundo e aceitar que se trata de algo comum e partilhável, permite entender a participação do sujeito no processo do conhecimento e de sustentação do sistema.^{**}

A misoginia, seja como discursividade, textualidade, literatura, ou como mera atitude verbal do mundo da vida, é um fator estrutural do patriarcado e, como tal, determinante na vida das mulheres como um todo. Produzidas pela máquina naturalizadora do patriarcado em cuja base está um ódio originário constituindo a quintessência do sistema, as mulheres são a representação do bode expiatório do regime ritual de sacrifício que é o patriarcado.

Máquina essencializadora, o patriarcado predefine “a mulher” como uma essência – sempre ligada à ideia de natureza – que serve para sustentar o sistema no qual a mulher é o recipiente e, ao mesmo tempo, define o foco do assassinato que seria o seu fim último. Faz sentido dizer que “qualquer definição essencialista da mulher, seja positiva ou negativa, feita por um homem ou uma mulher, é a definição fundamental da misoginia”¹⁵ pelo fato de que a essencialização retira as mulheres da história, retira-as da cultura, alienando-as da condição de sujeitos do

* FLUSSER, Vilém. *O mundo codificado*. São Paulo: Cosac Naify, 2007. p. 90. O conceito flusseriano de “mundo codificado” tem nexos com os conceitos de “configuração” de Norbert Elias (ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001).

** MATURANA, Humberto. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Organização e tradução Cristina Magro e Victor Paredes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p. 143. Maturana diz que há tantos “domínios cognitivos quantos forem os domínios de ações – distinções, operações, comportamentos, pensamentos ou reflexões – adequadas que os observadores aceitem, e cada um deles é operacionalmente constituído e operacionalmente definido no domínio experiencial do observador pelo critério que ele ou ela usa para aceitar como ações – distinções, operações, comportamentos, pensamentos ou reflexões – adequadas às ações que ele ou ela aceita como próprias deste domínio”.

conhecimento e do direito. Considerando ainda que a própria definição de mulher depende dos interesses dos agentes definidores, a “essência” da mulher, na verdade, não tem nada de “essencial”, senão que por meio dessa “essencialização”, ela mesma uma projeção das necessidades do sistema patriarcal, se mantém a ordem. Esse sistema inclui um programa de design de corpos moldados conforme vetorizações. A “vetorização” faz o “design”, ou seja, ela dá a forma adequada para que uma matéria alcance o seu “ser”. É nesse sentido que gênero é design. Nesse sentido é que “gênero” é naturalizado para garantir o funcionamento do jogo – pré-codificado. Gênero é construção da cultura, que, no patriarcado, funciona como a nova natureza feminina que suplantaria o sexo como biologia.

A essencialização instaura uma ontologia, por trás da qual há uma teologia e até mesmo uma religião ou, pelo menos, uma idolatria, no mesmo sentido do “capitalismo enquanto religião”.¹⁶ Nessa teologia, que pode ser definida em sua versão secularizada e caricaturizada como “ideologia de gênero”, não sendo à toa que esse discurso falacioso começa com uma reunião de religiosos no final dos anos 1990, é promovido o ódio ideologizado e doutrinário ao gênero como uma coisa de mulher, assim como o sexo é coisa de mulher ao qual o homem tem o privilégio de acesso irrestrito. Interromper esse uso do próprio corpo para os fins masculinos é uma das principais metas das lutas feministas.

O patriarcado é um sistema simbólico autorreprodutivo, sustentado em um fundamento místico, ou seja, numa imposição originária do valor do homem contra o desvalor das mulheres, algo que pode ser verificado em várias mitologias. No que concerne à civilização judaico-cristã, a repetida história do Gênesis bíblico mostra a personagem Eva como um ser protético, cuja vida não é potente em si mesma. Mulher, Eva é o ser colateral, o objeto decorativo, auxiliar, subalterno, secundário e inessencial, nascido de uma parte menos importante do corpo masculino de Adão, origem mítica da vida. Eva é uma mulher prótese, do mesmo modo que as esposas na história do casamento. Eva é a costela manipulada por Deus. Figuração do mal segundo a misoginia estruturante no bojo do mito, ela será a responsável pela desgraça do homem, personagem central da narrativa simbólica, desenhado como

um ser imaculado e sem falhas, um ser previamente desculpado, herdeiro e destinatário da bondade de Deus no paraíso perdido, que é justamente perdido por culpa de uma mulher traidora, favorecedora do demônio. Calculada teologicamente, a “natureza” feminina garante a culpa de umas, abonando também a irresponsabilização masculina pelos próprios erros. A irresponsabilização é ela mesma um privilégio, ou uma vantagem. Se a mulher é o agente mediador do mal, seria melhor viver sem ela, que, responsabilizada pela desgraça de Adão, viverá sob o sentimento de culpa e as dores físicas do parto. Se Adão recebe a sentença do trabalho por ter feito algo que não devia, ela recebe a sentença da dor física por ter levado Adão a fazer o que não devia. Desenha-se a noção de um perigoso potencial feminino como insidioso e ardiloso. As herdeiras sentenciadas de Eva herdarão uma culpa composta, a que devem por si mesmas e que devem pelos outros a quem seduziram. Característica essencial da matriz de subjetivação feminina, ou seja, da construção do gênero mulher, a culpa não pode ser expiada na religião do patriarcado, pois essa culpa, por existir e ser mancomunada com a negatividade demoníaca e da própria natureza, foi inscrita como estigma em sua ontologia. Na narrativa do esquematismo patriarcal, uma ideia pronta deve ser internalizada por todos, a saber, que o ser traidor que a mulher é seduz um ser puro e ingênuo chamado homem. Odiá-la por essa sedução e essa traição é um tropo teológico, mas também ontológico, em resumo, misontógico. O feminino é o fundo niilista do patriarcado concentrado no corpo odiado de uma mulher.

Patriarcado quer dizer, na prática, marcação e subjugação de corpos até o momento de seu abate final. O corpo abatido tem dois sentidos. Primeiro, o sentido de cansaço, de esgotamento, típico dos trabalhadores e dos escravizados, mas também o sentido de humilhação, de “abaixar a cabeça”¹⁷ e ser, por fim, morto. Marcação e violência são sinônimos. Por fim, no que se configura como circuito feminicida, surge a culpabilização. A marcação não é um ato isolado, mas um jogo de continuidade de marcações/violências sofridas, um processo de reafirmação violenta do não ser do outro. Na cultura patriarcal, esse processo é conhecido e naturalizado. As mulheres não se adaptam por ignorância, mas pelo peso do jugo simbólico que pesa sobre suas cabeças.

Ser mulher implica ser culpabilizada pelo ato produzido por um outro. A subjugação é um meio para submeter os corpos, e o corpo subjugado é ele mesmo a matéria para manutenção do sistema. O corpo acaba por ser meio no sentido de coisa manipulada, como Eva foi manipulada por Deus segundo a lenda na qual está inscrita a verdade acerca da mulher; ela é criada como apêndice, como prótese, de uma parte inessencial do homem, para servi-lo, sempre subsumida a ele, servindo como prótese material e existencial em estado de não-ser para que o homem possa ser, tal o significado do velho provérbio: “por trás de um grande homem há sempre uma grande mulher”, como se essa posição fosse um título de honra.

